

## ANEXO J – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO COOPERATIVAS



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL  
CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE**

**CONTRATANTE:** UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/MARINHA DO BRASIL/COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL/CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE

**CONTRATADO:** Cooperativas Médicas.

**OBJETO:** Prestação de serviços de assistência médica.

**NATUREZA:** Ostensiva.

**VIGÊNCIA:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**VALOR ESTIMADO:** \_\_\_\_\_

**REGIME DE EXECUÇÃO:** Indireta, empreitada por preço unitário.

**PROCESSO Nº:** \_\_\_\_\_

**CONTRATO Nº:** \_\_\_\_\_

A União, entidade de direito público interno, por intermédio da CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE (CFPA), órgão do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil, com sede na Rua dos Andradas nº 386, Centro Histórico, Porto Alegre/RS – CEP 90020-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0143-66, representada neste ato pelo Capitão dos Portos de Porto Alegre, Capitão de Mar e Guerra \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo Serviço de Identificação da Marinha, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Organização de Saúde Extra Marinha (OSE) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/RS, CEP \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. Diretor \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ expedida pela \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, nos termos da legislação infraconstitucional constante do Edital de Credenciamento, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto.**

1.1. A finalidade deste Contrato é garantir aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de **Cooperativa de trabalho médico**, assistência Médico-Hospitalar, com exercício de atividades em caráter regular, vinculada ao(s) Hospital(is) \_\_\_\_\_ que venha a ser credenciado.

1.2. O objeto contratual abrange as seguintes especialidades:

1.2.1. Procedimentos realizados em Hospital Geral (com suas especialidades médicas e SADT específicos), Hospital Geral com Maternidade, Hospital Maternidade, Hospital Infantil, Hospital Oftalmológico, Hospital Psiquiátrico, Unidade de Terapia Intensiva para Adultos, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica/Neonatal, Cooperativa de Trabalho Médico e médicos cooperados ou do corpo clínico, em condições de prestar atendimento médico hospitalar, conforme descrito no Edital de Credenciamento.

1.3. Compõem, também, o objeto as seguintes especialidades:

1.3.1. Alergologia, anatomia patológica e citopatologia, anestesiologia, angiologia (cirurgia vascular e linfática), braquiterapia (radioterapia para próstata), cardiologia, cirurgia geral, cirurgia do aparelho digestivo (órgãos anexos e parede abdominal), cirurgia cardíaca, hemodinâmica, cirurgia de mama, cirurgia de cabeça e pescoço, cirurgias ortopédicas, cirurgia pediátrica, cirurgia plástica e reparadora, cirurgia torácica, clínica médica, dermatologia clínico-cirúrgica, endocrinologia, endoscopia digestiva (CPRE), fisioterapia, fisiatria, fonoaudiologia, gastroenterologia, geriatria e gerontologia, ginecologia e obstetrícia, hematologia, radiologista geral (raios-x simples e contrastado, ultrassonografia, ecocardiografia, tomografia e ressonância magnética), infectologia, medicina física e reabilitação, medicina do sono, medicina nuclear, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, neurofisiologia, nutrição, odontologia, periodontia, odontopediatria e odontogeriatria, oftalmologia, oncologia, ortopedia e traumatologia, terapia ocupacional, terapia semintensiva neonatal, otorrinolaringologia, pediatria, pneumologia, proctologia, psicologia, psicopedagogia, psiquiatria, quimioterapia, radiodiagnóstico, reumatologia e urologia (litotripsia e urodinâmica), uroginecologia e demais especialidades que venham a ser necessárias devidamente reconhecidas pelo respectivo órgão federal da profissão e regulamentadas por lei.

1.3.2. Clínica(s) de Especialidade Médica abrangendo as especialidades listadas no subitem 1.3.1:

1.3.2.1. Diagnóstico cardiológico;

- 1.3.2.2. Tratamento nefrológico;
- 1.3.2.3. Cardiologia Fetal;
- 1.3.2.4. Diagnostico gastroenterológico;
- 1.3.2.5. Diagnóstico otorrinolaringológico;
- 1.3.2.6. Diagnóstico neurológico;
- 1.3.2.7. Tratamento por quimioterapia e
- 1.3.2.8. Tratamento por radioterapia.

1.3.3. A prestação de serviços médicos descritos no Certificado de Registro Cadastral (CRC) nº \_\_\_\_.

1.4. As especialidades cobertas por este contrato são devidamente reconhecidas pelo respectivo órgão federal da profissão e regulamentada por lei.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital.**

2. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 1/2025 da Capitania Fluvial de Porto Alegre (CFPA), de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - Do fundamento legal.**

3. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, *caput* e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA QUARTA - Do Regime de execução**

4. As condições gerais de execução dos serviços constam no Capítulo 7 “DO REGIME DE EXECUÇÃO”, do Edital de Credenciamento, observadas as regras especiais abaixo registradas.

5. Registrem-se abaixo regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato:

6. A presente contratação deverá observar os seguintes **impedimentos**:

6.1. O médico cooperado não poderá possuir qualquer vínculo com o hospital credenciado, à exceção de vínculo de natureza estatutária, consubstanciado em diretoria sem subordinação ou participação societária;

6.2. O médico cooperado não poderá ser subordinado à administração do hospital credenciado, por exemplo, quanto à definição de escala de trabalho, controle de frequência, e etc.;

6.3. A definição da escala de trabalho ocorrerá entre a administração do hospital e a cooperativa;

6.4. A indicação do médico prestador do serviço dar-se-á por parte da cooperativa, sem que o hospital credenciado possa indicar ou recusar determinado profissional; e

6.5. O hospital credenciado não poderá realizar pagamentos, ou transferências a que título for, diretamente, para os médicos cooperados.

7. O CONTRATADO se obriga a apresentar ao CONTRATANTE a relação dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe, cadastrados e autorizados por parte do CONTRATADO para atender aos usuários deste contrato nas respectivas profissões e especialidades.

7.1. O CONTRATADO obriga-se a manter junto ao CONTRATANTE uma relação atualizada dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe.

8. Os serviços serão remunerados com base nos valores constantes nas tabelas citadas no edital de credenciamento.

9. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados, pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de, pelo menos, um dos membros da equipe de Auditores do CONTRATANTE, às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes; assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

10. O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, documentos médico-legais e quaisquer outros documentos pertinentes segundo as normas de regulamentação vigentes.

11. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado por portaria do Capitão dos Portos de Porto Alegre. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

12. O Serviço de Auditoria da Divisão de Saúde da CFPA possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do usuário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA - Do preço e condições de pagamento**

13. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o Capítulo 8 “DO

PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO”, constante do edital de credenciamento.

14. Registrem-se abaixo regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato:

15. O CONTRATADO acolherá por contraprestação os pacotes de prestação de serviços (anexo “P” do edital) que conjuguem avaliação, prescrição e acompanhamento com acomodações (hotelaria), taxas hospitalares, instrumental cirúrgico, gasometria, equipamentos e outros serviços especiais para efetivação do tratamento proposto.

16. Deverá constar na nota fiscal, referente a medicamentos de preço livre ou materiais não constantes de tabela referenciada, averbação com referência ao nome do paciente, nome do médico responsável e a data da realização do ato médico.

17. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tenha sido encaminhando pela CFPA, acompanhado da Guia de Apresentação do Usuário (GAU), com a assinatura do usuário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

17.1 No caso de comprovada urgência e/ou emergência o credenciado deverá entrar em contato, nas primeiras 24 horas, com a CONTRATANTE, para que seja providenciada a emissão da GAU de urgência/emergência.

5.6. Procedimentos não especificados na GAU e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

18. Os valores vigentes na data do atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

19. O CONTRATADO se obriga a apresentar a CREDENCIANTE, **entre o 1º (primeiro) e o 10º (décimo) dia do mês subsequente**, a(s) fatura(s), contemplando todos os serviços prestados até o último dia do mês considerado, em nome da Capitania Fluvial de Porto Alegre, Unidade Gestora do Fundo de Saúde da Marinha, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Apresentação do Usuário (GAU) originais emitidas pela CFPA, com as assinaturas datadas dos usuários ou de seus responsáveis.

19.1. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução.

19.2. Na(s) respectiva(s) fatura(s) deverá constar: o número da GAU, o nome completo do usuário e o seu Número de Identificação Pessoal (NIP). As faturas e respectivas comprovações deverão ser entregues na Sala de Estado (Portaria) da Capitania Fluvial de Porto Alegre (CONTRATANTE), de segunda a sexta, exceto feriados, entre 08:30h e 16:00h.

20. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, em ordem alfabética e organizados por despesas com consultas, exames e atendimentos de emergência/urgência.

21. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

22. As faturas serão auditadas **no prazo de até 30 (trinta) dias úteis** a contar da data de recebimento. Verificadas eventuais inconformidades será emitido o Relatório de Glosas (anexo “Q” do Edital) pelo CONTRATANTE e os valores parcial ou totalmente glosados, serão informados ao CONTRATADO, discriminando o item e o valor com as razões das glosas efetuadas conforme o anexo “V” do Edital.

22.1. O Relatório de Glosa será enviado, preferencialmente, via digital através do e-mail: [cfpa.auditoria@marinha.mil.br](mailto:cfpa.auditoria@marinha.mil.br) ou, se necessário, por meio físico.

22.2. O CONTRATADO deverá informar um endereço de e-mail funcional para troca de informações sobre a auditoria de contas;

22.3. O CONTRATADO deverá notificar o recebimento do Relatório de Glosa, por meio do e-mail: [cfpa.auditoria@marinha.mil.br](mailto:cfpa.auditoria@marinha.mil.br), podendo ser enviado o relatório fisicamente, caso seja necessário.

23. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou com o edital.

24. Caso o CONTRATADO não apresente a documentação no prazo estipulado sem a devida justificativa para o atraso, o CONTRATANTE poderá aplicar glosa administrativa e não realizar o pagamento da(s) fatura(s).

25. **O CONTRATADO** poderá interpor pedido de reconsideração (**contra glosa**), contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, dentro do prazo de **10 (dez) dias corridos** a contar da data de recebimento da glosa.

26. O **CONTRATANTE** terá um **prazo de 10 dias úteis para verificação do recurso apresentado na Contra Glosa**. Uma vez procedente, o CONTRATANTE efetuará o pagamento. Caso contrário, o CONTRATANTE informará o resultado ao CONTRATADO e arquivará a documentação.

27. A emissão da **Nota Fiscal**, a fim de efetuação do pagamento dos serviços prestados, somente poderá ocorrer **após o completo processo de auditoria**, com o saneamento de possíveis glosas. A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) poderá ser enviada por meio do e-mail:

[cfpa.auditoria@marinha.mil.br](mailto:cfpa.auditoria@marinha.mil.br).

28. A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço deverá ser emitida em nome da **Capitania Fluvial de Porto Alegre, CNPJ nº 00.394.502/0143-66**, Endereço: Rua dos Andradas nº 386, Centro Histórico, Porto Alegre/RS CEP 90020-000, na qual deverá constar o número da Nota de Empenho (NE) correspondente e os dados bancários do CONTRATADO, para crédito em conta-corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

#### **CLÁUSULA SEXTA - Da atualização dos preços.**

29. O critério de atualização dos preços contratados consta conforme o Capítulo 9 “DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS”, do Edital de credenciamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - Da vigência.**

30. O prazo de vigência da contratação é **limitada a 60 (sessenta) meses de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais 60 meses**, totalizando a vigência máxima de 120 (cento e vinte) meses. Após este período não cabe prorrogação, na forma do art. 107, da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA - Da dotação orçamentária.**

31. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato serão os seguintes:

31.1. Para OSE: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno B42201002DU, no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais/ano) – Empenho Estimativo.

31.2. Para PSA: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820 e Natureza de Despesa 339036 e Plano Interno B42201002DU, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais/ano) – Empenho Estimativo.

#### **CLÁUSULA NONA - Da responsabilidade civil.**

32. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

33. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

34. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrente de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções.**

35. As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 “DAS SANÇÕES”, do Edital de credenciamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão.**

36. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 “DA RESCISÃO”, do Edital de credenciamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante.**

37. As obrigações constam da Seção 10 “DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE”, do Edital de credenciamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado.**

38. As obrigações constam da Seção 11 “DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS”, do Edital de credenciamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da negação de remuneração a militares.**

39. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao usuário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do valor do contrato.**

40. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos gastos com atendimentos médico-hospitalares



nos últimos 12 (doze) meses pela CFPA, na área de saúde, da respectiva especialidade.

41. O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato.

42. O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período; em consonância com o regime de empreitada por preço unitário.

43. O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, observado que inexistirá expectativa de direito quanto ao valor estimado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Obrigações pertinentes à LGPD.**

44. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

45. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

46. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

47. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

48. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

49. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

50. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos

deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

51. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

52. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

53. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

53.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

54. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

55. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do foro.**

56. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

57. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Pelo CONTRATANTE:

Pelo CONTRATADO:

FLÁVIO FIRMINO DOS SANTOS  
Capitão de Mar e Guerra  
Ordenador de Despesas da Capitania Fluvial  
de Porto Alegre

Nome completo  
CPF  
Representante legal

TESTEMUNHAS:

Nome completo  
CPF  
Testemunha

Nome completo  
CPF  
Testemunha